



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

3285

Presidente da Mesa Diretora: Carlos Welth Pimenta de Figueiredo

Espécie: Projeto de Lei

Categoria: Orçamento

Autoria: Executivo Municipal

Data: 22/11/90

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 67/1990. Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias do município de Montes Claros, para o exercício financeiro de 1991, e dá outras providências.

Controle Interno – Caixa: 18.1 **Posição:** 04 **Número de folhas:** 19



PREFEITURA DE MONTES CLAROS

Av. Cula Mangabeira, 211 - 39.400 - Montes Claros - M. Gerais



Espécie: PL
Categoria: Orçamento
Cx: 18.1
Ordem: 04
nº fls: 18

PL. 67/90

Prefeito municipal

PROJETO DE LEI

DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

EXERCÍCIO 1.991

Caixa

Reabido em 22.11.90
Aprovado em 27.11.90



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS - M.G.

Em, 28de setembro

de 19 90

Of. Nº 386/90

Assunto Encaminha documentação

Serviço Gab/Prefeito

Senhor Presidente ,

Seguindo a orientação da Constituição Federal e da Lei Orgânica do Município , submetemos ao exame de V.Exa e dos ilustres Vereadores dessa Casa Legislativa , o Projeto das Diretrizes Orçamentárias do Município , que , do ponto de vista formal , não se distingue das demais leis , aplicando-se-lhe as normas do processo legislativo pertinentes ao Projeto do Plano Plurianual e Orçamentário .

O projeto de lei que ora apresentamos para o exame dessa Câmara, traça a linha programática de aplicação dos recursos , definindo de forma estrutural todas as questões que se relacionam com as receitas e despesas previstas no orçamento público municipal.

O texto deste projeto , embasado e direcionado pelas disposições legais , como a prevista no Título VI , " Da tributação e do Orçamento " - Seção I , art. 145 , incs. e §§ da Constituição Federal , estabelece em seus arts. 6º e 7º , obrigações de ordem tributária e orçamentária , que , certamente , permitirão ao Município maior coerência e dinamismo , melhor política econômica , propiciando assim mais investimentos financeiros com resultados positivos , indubitavelmente , no campo social , da saúde e da educação , beneficiando direta e indiretamente a toda a nossa gente .



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS - M.G.

Em,

de

de 19

Of. Nº

Assunto

Serviço

Assim , confiantes no alto espírito público de V.Exa. e , acima de tudo , convictos da atual ordem constitucional , onde , Executivo e Legislativo exercem harmônica e independentemente os seus poderes , aguardamos dessa Casa anuência à aprovação deste projeto de lei .

Por oportuno , externamos a V.Exa. e aos ínclitos Vereadores , nossa estima e fraternal apreço .

Cordialmente .


Mário Ribeiro da Silveira
Prefeito Municipal

EXMº SR.
JOSE GONZAGA PEREIRA
MD. PRESIDENTE DA
CÂMARA MUNICIPAL DE M CLAROS
N E S T A



PROJETO DE LEI Nº de 28 de setembro de 1990

Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 1.991 e dá outras providências .

A Câmara Municipal de Montes Claros decreta,
e eu , em seu nome , sanciono a seguinte Lei :

Capítulo I

Das Diretrizes Gerais

Art. 1º - Ficam estabelecidas as diretrizes gerais para a elaboração do orçamento do Município de Montes Claros , relativo ao exercício de 1.991 .

Art. 2º - No Projeto da Lei Orçamentária , as receitas e as despesas serão orçadas , segundo os preços vigentes em julho de 1.990.

Parágrafo Único - A Lei Orçamentária obedecerá às seguintes diretrizes :

- I - O montante das despesas não poderá ser superior ao das receitas ;
- II - A média dos valores realizados no primeiro semestre do exercício de 1.990 será ajustada , levando-se em consideração a inflação média mensal , estimada para o segundo semestre do exercício atual e para o exercício de 1.991 - 16% (dezesseis por cento) .

Art. 3º - Não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as fontes de recursos.



SEÇÃO I

- Das Receitas Municipais

Art. 4º - Constituem receitas do Município aquelas provenientes :

- I - De tributos de sua competência ;
- II - De atividades econômicas ;
- III - De transferências ou de convênios firmados com entidades governamentais e privadas, nacionais e internacionais ;
- IV - De empréstimos e financiamentos, com prazo superior a 12 meses, autorizados por Lei específica, vinculados a obras e serviços públicos .

Art. 5º - A estimativa das receitas considerará :

- I - Os fatores conjunturais, que possam vir a influenciar na produtividade de cada fonte ;
- II - Os fatores que influenciam nas arrecadações dos impostos e das contribuições de melhoria ;
- III - As alterações da Legislação Tributária ;
- IV - A expansão do número de contribuintes ;
- V - A atualização do Cadastro Técnico Municipal .

Art. 6º - O Município fica obrigado a arrecadar todos os tributos de sua competência, inclusive os da contribuição de melhoria e da dívida ativa inscrita de natureza tributária e não tributária.

Art. 7º - O Município fará a revisão e a atualização de sua legislação tributária para o exercício de 1.991.

Parágrafo Único - A revisão e a atualização de que trata o artigo compreenderá, também, a modernização da máquina fazendária, no sentido de aumentar a sua produtividade .



SEÇÃO II

- Das Despesas Municipais

Art. 8º - Constituem as despesas aquelas destinadas à aquisição, manutenção, desenvolvimento e execução de bens e serviços, para o cumprimento dos objetivos do Município e dos compromissos de natureza social e financeira.

Art. 9º - A despesa pública atenderá aos princípios estabelecidos na Constituição Federal e às normas de Direito Financeiro.

Art. 10 - Nenhuma despesa será ordenada ou satisfeita, sem que exista recurso disponível e crédito votado pela Câmara, incluindo as autorizações constantes na lei orçamentária, salvo a que correr por conta de crédito extraordinário.

Art. 11 - Nenhuma lei que crie ou aumente despesa será executada sem que dela conste a indicação do recurso para atendimento do correspondente encargo.

Art. 12 - As despesas, estimadas no Art. 8º desta Lei, levarão também em conta:

- I - A Programação da carga de trabalho, estimado para o exercício, para o qual elabora-se o orçamento;
- II - Os fatores conjunturais, que possam afetar a produtividade de dos gastos;
- III - A receita do serviço, quando este for remunerado;
- IV - Os gastos de pessoal lotado no serviço, os quais serão projetados com base na política salarial do Governo Federal e na estabelecida pelo Governo Municipal para os seus servidores.



Capítulo II

Do Orçamento Municipal

Art. 13 - O Orçamento compreenderá as receitas e as despesas da administração direta, indireta e dos fundos especiais, de modo a evidenciar as políticas e os programas de governo, obedecidos, na sua elaboração, os princípios da publicidade, anualidade, unidade, equilíbrio e exclusividade.

Art. 14 - A Lei Orçamentária anual compreenderá:

I - O orçamento fiscal referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

II - O orçamento de investimento das empresas de que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III - O orçamento de seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta e indireta, bem como os fundos instituídos pelo poder público.

Art. 15 - Os recursos do tesouro somente poderão ser programados para atender despesas de capital, após atendidas as despesas com pessoal e os encargos sociais, serviços da dívida e outras despesas com custeio administrativo-operacional e com precatórios judiciais, bem como a contrapartida de programas pactuados e convênios.

§ 1º - Para efeito do disposto no Art. 90, da Lei Orgânica Municipal e as disposições do parágrafo único do art. 169, da Constituição Federal, as despesas com o pessoal e com encargos sociais terão como limite máximo, em termos reais, o que vier a ser estabelecido nas legislações do Regime Jurídico Único e do plano



de garreira , para os serviços dos servidores municipais , respeitado o limite fixado no art. 38 do Ato das Disposições Transitorias da Constituição Federal .

§ 2º - As despesas com pagamento de subsídios dos agentes políticicos não poderão ser superiores, em termos reais , aos créditos consignados nas dotações orçamentárias de 1.990 , respeitado o limite fixado no art. 38 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal .

Art. 16 - Para efeito do disposto nos arts. 114 e 162 da Lei Orgânica Municipal , as despesas de capital , para o exercício financeiro subsequente , serão aquelas constantes do Plano Plurianual .

Art. 17 - Na fixação das despesas , serão observadas as prioridades e as metas constantes do Anexo I desta Lei .

Capítulo III

Das Disposições Gerais e Finais

Art. 18 - A Lei Orçamentária para o exercício de 1.991 discriminará a receita e a despesa pública , consoante as exigências da Lei Federal 4320/64 e as normas complementares .

Art. 19 - Serão também obrigatoriamente recolhidos à conta do tesouro as receitas de qualquer natureza , geradas e/ou arrecadadas no âmbito de órgãos , entidades e fundos da administração pública.



Art. 20 - Caberá à Secretaria de Planejamento e Coordenação a elaboração dos orçamentos de que trata a presente Lei .

Parágrafo Único - A Secretaria de Planejamento e Coordenação provi denciará o Calendário das atividades de elaboração dos orçamentos devendo incluir reuniões com o secretariado , dirigentes de empre sas , autarquias e fundações , para discutir o orçamento municipal .

Art. 21 - Caso a Lei Orçamentária não seja sancionada até o encer ramento da sessão legislativa , a programação constante do projeto de lei orçamentária , relativa às ações de manutenção , às despe sas com pessoal , aos encargos sociais e aos serviços de dívida , poderá ser executada , em cada mês , até o limite de 1/12 do total de cada dotação .

Art. 22 - A manutenção de atividades essenciais , bem como , a con servação e a recuperação de bens públicos terão prioridade sobre as ações de expansão e de novas obras .

Art. 23 - Os projetos em fase de execução , desde que revalidados à luz das prioridades estabelecidas nesta Lei , terão preferência sobre novos projetos , especialmente sobre aqueles que exijam con trapartidas locais .

Art. 24 - A Administração Fazendária e seus servidores fiscais te rão dentro das respectivas áreas de competência e de jurisdição , precedência sobre os demais setores administrativos , conforme dis põem os artigos 37 , XVIII da Constituição Federal e 19 da Consti tuição Estadual .



PREFEITURA DE MONTES CLAROS

Av. Cula Mangabeira, 211 - 39.400 - Montes Claros - M. Gerais

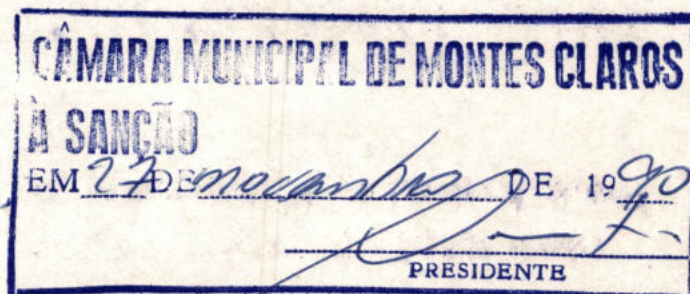


Art. 25 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 26 - Revogam-se as disposições em contrário .

Prefeitura de Montes Claros , aos

Mário Ribeiro da Silveira
Prefeito Municipal

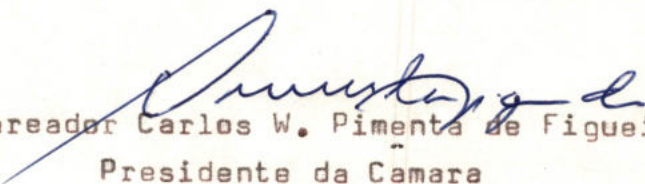


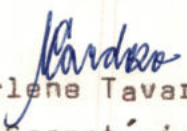
Art. 25 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 26 - Revogam-se as disposições em contrário.

Mandamos, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução desta Lei pertencerem, que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém e declara.

Câmara Municipal de Montes Claros, 28 de novembro de 1990.


Vereador Carlos W. Pimenta de Figueiredo
Presidente da Câmara


Vereadora Marlene Tavares Cardoso
1ª Secretária



A N E X O I

PRIORIDADES E METAS A SEREM OBSERVADAS NA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL PARA O EXERCÍCIO DE 1.991 .

I - Poder Legislativo

- Continuidade ao processo legislativo , para melhor legislar so bre as matérias de sua competência .
- Definir as categorias de programação de despesas , que visem a concretização da sua autonomia financeira , contábil e administra tiva , adquirida após a promulgação da Lei Orgânica .
- Implantar a ouvidoria .



II - Poder Executivo

1 - Administração Geral :

- Consolidar o processo de implantação da reforma administrativa , compreendida como política de pessoal , organização e métodos , informatização e estrutura organizacional ;
- Promover a participação da comunidade local no processo de planejamento e avaliação ;
- Viabilizar a elaboração das leis complementares , integrantes do Plano de Desenvolviemtno de Montes Claros ;
- Desenvolver a manutenção da Prefeitura e ampliar suas funções de acordo com o Plano de Desenvolvimento e da Lei Orgânica .

2 - Administração Fazendária

- Aperfeiçoar o sistema de tributação , arrecadação e fiscalização , visando o fortalecimento das finanças públicas.

3 - Coordenação e Assessoramento :

- Defender o interesse do Município nas esferas judicial e extra judicial ;
- Promover a integração interinstitucional , visando o desenvolvimento do Município ;
- Divulgar , oficial e sistematicamente , as ações do Município .

4 - Educação

- Atuar , prioritariamente , no desenvolvimento e na manutenção do ensino fundamental e pré-escolar ;



PREFEITURA DE MONTES CLAROS

Av. Cula Mangabeira, 211 - 39.400 - Montes Claros - M. Gerais



- Expandir a rede municipal de ensino ;
- Desenvolver a alimentação escolar ;
- Implantar transporte gratuito para professores que atuem na Zona Rural ;
- Atender , através de ação educacional especializada os portadores de deficiência , preferencialmente , na rede regular de ensino ;
- Valorizar os profissionais de ensino , garantindo-lhes , na forma da Lei , plano de carreira para o magistério público de provas e títulos ;
- Fornecer material didático escolar e assistência médica - odontológica ao educando , preferencialmente aos carentes ;
- Conceder bolsas de estudos para ensino fundamental e médio na forma da Lei , para os que demonstrarem insuficiência de recursos , quando houver falta de vagas e cursos regulares da rede pública na localidade de residência do educando , ficando o Poder Público obrigado a investir na expansão de sua rede , na localidade .

5 - Saúde

- Consolidar o Sistema Único de Saúde
- Construir , ampliar e manter a rede de Postos e Centros de Saúde ;
- Assistir à maternidade , à infância e à velhice ;
- Ampliar a assistência médica sanitária , inclusive preventiva .
- Combater endemias locais ;
- Construir , ampliar e manter o sistema de saneamento básico.



6 - Ação Social

- Executar política de trabalho e ação social do Município , através de ações junto as camadas mais pobres da população;
- Desenvolver programas de atendimento à criança , aos portadores de deficiências , aos adultos e idosos ;
- Apoiar o desenvolvimento comunitário , com a execução de projetos de fomento e da organização comunitária ;
- Fomentar as atividades produtivas geradoras de emprego e de renda ;
- Conceder subvenções sociais a entidades filantrópicas , regularmente registradas .

7 - Habitação

- Implementar política municipal de habitação , através de projetos comunitários , financiamentos , venda de material a baixo custo , loteamento popular e remoção de favela .

8 - Cultura

- Ampliar a infra-estrutura cultural ;
- Preservar o patrimônio histórico e cultural do Município;
- Universalizar e valorizar a cultura ;
- Promover atividades que visem o desenvolvimento das artes, através da formação dos agentes culturais ;
- Dinamizar as atividades culturais ;
- Apoiar o desenvolvimento do artesanato local .



9 - Esportes e Lazer

- Apoiar o desenvolvimento do esporte amador no Município ;
- Construir , ampliar e manter as áreas de desporto e de lazer ;
- Incrementar atividades esportivas e de lazer nos bairros ;
- Desenvolver atividades de lazer nos locais sem infra-estrutura ;
- Acompanhar e auxiliar entidades esportivas do Município ;
- Realizar competições esportivas , que envolvam os diversos segmentos da comunidade .

10 - Agro Pecuária e abastecimento

- Promover o desenvolvimento rural , compreendido como apoio e o beneficiamento da produção , a ampliação e a manuten -
ção da infra-estrutura e a recuperação de mananciais hídricos ;
- Viabilizar a implantação de hortas comunitárias ;
- Ampliar e manter os espaços públicos de comercialização da produção agrícola .

11 - Indústria e Comércio

- Promover a indústria e o comércio local , propiciando a ampliação de sua base produtiva ;
- Capacitar a mão de obra para os setores produtivos , prestadores de serviço e comercial .



12 - Turismo

- Fomentar o aproveitamento do potencial turístico existente no Município ;
- Elevar a utilização das atrações e dos serviços de turismo disponíveis .

13 - Meio ambiente

- Ampliar as áreas verdes públicas urbanas , dotando-as de infra estrutura ;
- Controlar a poluição ambiental ;
- Desenvolver a educação ambiental ;
- Preservar os mananciais de água ;
- Ampliar a arborização da malha urbana ;
- Dotar o setor de infra-estrutura e de equipamentos , para o seu funcionamento .

14 - Infra - estrutura e Serviços Urbanos

- Promover a expansão da oferta de infra-estrutura e dos serviços básicos ;
- Viabilizar a descentralização das atividades sócio-culturais e econômicas .



PREFEITURA DE MONTES CLAROS

Av. Cula Mangabeira, 211 - 39.400 - Montes Claros - M. Gerais



15 - Sistema Viário e Transporte Coletivo

- Ampliar, manter e melhorar o sistema viário municipal ;
- Promover a eficiência e a atratividade do sistema de transporte coletivo urbano .

Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação .

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e cumprimento desta Lei pertencerem, que a cumpram e a façam cumprir, tão integralmente como nela se conferir e declarar .

Montes Claros,

Mário Ribeiro da Silveira
Prefeito Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM _____ DISCUSSÃO POR _____

EM _____ DE _____ DE 19 _____

PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM _____ DISCUSSÃO POR _____

EM _____ DE _____ DE 19 _____

PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM _____ DISCUSSÃO POR _____

EM _____ DE _____ DE 19 _____

PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

A SANÇÃO

EM _____ DE _____ DE 19 _____

PRESIDENTE